



Supremo pode sair do alvo com gestos de pacificação

Encontros e decisões tomadas pelos ministros, como autorizar que Débora do Batom passe ao regime semiaberto de prisão, indicariam a construção de pontes com Flávio

» RENATO SOUZA
» ARMANDO HOLANDA

Movimentos nos últimos dias indicam a construção de pontes entre a campanha do presidente Flávio Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal, no sentido de não ser levado adiante o impeachment de ministros da Corte. Fontes ouvidas pelo **Correio**, com trânsito entre os dois lados, asseguram que o senador teve, dias atrás, uma conversa sigilosa com o ministro Gilmar Mendes. Além disso, movimentos recentes dos magistrados têm sido entendidos como acenos de distensionamento na direção dos bolsonaristas.

A aproximação entre Gilmar e Flávio teria ocorrido no mês passado. O senador fez reclamações sobre o ministro Alexandre de Moraes e o acusou de atuar com interesses políticos, especialmente no processo do seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro — do qual foi o relator e pediu que fosse condenado por chefiar uma quadrilha que tentou dar um golpe de Estado.

Na sequência dessa conversa entre Gilmar e Flávio, o senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha do presidente Flávio, esteve na terça-feira com o presidente do Supremo, Edson Fachin. Ao magistrado, levou as mesmas reclamações de Flávio. Essa conversa, aliás, foi marcada antes do primeiro turno das eleições, mas só se concretizou agora.

Marinho também fez críticas à conduta do ministro Flávio Dino, outro alvo dos bolsonaristas. Sobre Gilmar, Marinho disse que “há diálogo”. Procurado por meio de sua assessoria, o ministro não comentou. O senador foi categórico ao afirmar que o impeachment de magistrados não está fora da pauta, mas está condicionado a suposto crime de responsabilidade.

Decisões recentes indicam, ainda, que o STF não parece disposto a esticar a corda. Em uma delas, Gilmar rejeitou pedido da Polícia Federal (PF) para abrir inquérito contra o deputado federal Alfredo Gaspar (União-AL), candidato a vice na chapa de Flávio, e determinou o arquivamento do caso. O ministro acolheu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que avaliou não haver elementos

Rosinei Coutinho/STF



Marinho e Fachin reuniram-se terça-feira, mas encontro entre eles estava marcado antes do 1º turno da eleição



Só tem um destino com o Alexandre de Moraes: é impeachment e cadeia. Não quero vingança, quero que ele tenha ampla defesa. Quero que ele possa se defender, quero que possa ter um julgamento justo, imparcial”

Deputado Nikolas Ferreira (PL-MG)

mínimos para sustentar a abertura de uma investigação formal contra o parlamentar.

No segundo episódio que indicaria o distensionamento, Moraes autorizou que a bolsonarista Débora Rodrigues, a Débora do Batom — que foi flagrada vandalizando

a estátua da Justiça na invasão do STF, no 8 de Janeiro —, cumpra em regime semiaberto a pena de 14 anos a que foi condenada por participar da tentativa de golpe.

Aliados rejeitam

Porém, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) e outros aliados de Flávio negam veementemente que exista algum acordo com o Supremo para sepultar a estratégia do impeachment de ministros. Em conversa com jornalistas antes de uma reunião do partido, em Brasília, ele afirmou que a nova composição do Congresso deve priorizar o afastamento de Moraes.

“Só tem um destino com o Alexandre de Moraes: é impeachment e cadeia. Não quero vingança, quero que ele tenha ampla defesa. Quero que ele possa se defender, quero que possa ter um julgamento justo, imparcial”, disse.

Nikolas acusou Moraes de cometer “crimes contra os direitos humanos” durante o julgamento dos golpistas que atacaram Brasília em 8 de janeiro de 2023. “Existe uma lei no STF que ainda não conseguiu derrubar, que é a lei da sementeira. Aquilo que você planta, você colhe. Aquilo que o

Alexandre Moraes plantou, ele vai colher”, assegurou.

Já o senador eleito Marcel van Hattem (Novo-RS) afirmou que pretende iniciar os trabalhos na Casa, em fevereiro de 2027, defendendo o impeachment de Gilmar. “E no dia 1º de fevereiro de 2027 começamos os trabalhos pelo seu impeachment e pelo de alguns de seus colegas. Democracia e instituições voltarão a funcionar plenamente”, escreveu, em resposta a uma publicação feita pelo ministro no X.

A declaração ocorreu após Gilmar comentar o primeiro turno das eleições deste ano. O ministro afirmou que os brasileiros deram exemplo de “maturidade democrática” e destacou que, mesmo em disputas apertadas, os resultados das urnas foram respeitados. Também elogiou a atuação da Justiça Eleitoral e a segurança do sistema eletrônico de votação.

A pressão pela abertura de processos de impeachment contra ministros do Supremo foi uma das bandeiras de Van Hattem durante a campanha ao Senado. Assim como Nikolas, Moraes é o primeiro da lista “pelo número de pedidos e pelo conjunto da obra”. (**Com Agência Estado**)

Caso de Bolsonaro vai a plenário

Alejandro Zambrana/STF



Kassio havia afastado hipótese de avaliar pedido de Bolsonaro agora

Pandemia

Fachin também determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) informe, no prazo de cinco dias, se mantém o pedido

de arquivamento de um inquérito que investiga supostos crimes atribuídos a Bolsonaro durante a pandemia de covid-19. A determinação foi assinada na terça-feira. O procedimento teve origem em um

requerimento apresentado pela comissão do Senado e buscava apurar a divulgação, nas redes sociais, de informações consideradas inverídicas. Entre as condutas investigadas estavam, em tese, os crimes de epidemia, infração de medida sanitária preventiva e incitação ao crime, previstos no Código Penal.

A Polícia Federal encerrou as apurações em 23 de dezembro de 2022. Na ocasião, o ex-ajudante de ordens Mauro Cid foi indiciado. Dois meses depois, em fevereiro de 2023, a PGR pediu o arquivamento do inquérito por entender que não havia “indícios mínimos” da ocorrência de crime nos fatos analisados.

O processo voltou a ter movimentação após a PF comunicar, em abril de 2025, que havia recebido uma resposta a um pedido de cooperação jurídica internacional encaminhado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Diante desse novo elemento, a decisão de Fachin determina a inclusão da manifestação da PF sobre a cooperação internacional, tempo de tramitação do inquérito e o encerramento das investigações em 2022. (**Renato Souza com Agência Estado**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Campanha de Flávio vive euforia. Lula organiza contraofensiva

A eleição presidencial entrou no segundo turno com duas campanhas em estados de espírito opostos. A de Flávio Bolsonaro vive uma euforia que já beira o salto alto, enquanto a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva procura superar a perplexidade de uma campanha que esperava chegar à etapa decisiva na liderança. O resultado de domingo fortaleceu a oposição, alterou as expectativas do mercado e acelerou a adesão de aliados. Mas a distância de 1,87 ponto percentual entre os candidatos não é intrançável: Flávio recebeu 47,03% dos votos válidos; Lula, 45,16%. O favoritismo mudou de lado, mas a eleição continua aberta.

A grande repercussão na Bolsa de Valores deu dimensão econômica à vitória política do bolsonarismo. Na manhã seguinte à votação, o Ibovespa chegou a subir mais de 8%, ultrapassando os 207 mil pontos. Investidores anteciparam uma possível mudança de governo, associada à expectativa de maior contenção fiscal e medidas favoráveis aos negócios. Esse movimento reforça a narrativa oposicionista: preços de ativos expressam apostas sobre o futuro, sujeitas a correções. Houve mais de R\$ 10 bilhões em investimentos estrangeiros num único dia. Ontem, a Bolsa caiu 0,74% e o dólar subiu 0,83%, o que mostra uma acomodação. Por isso mesmo, é um risco de interpretar o entusiasmo financeiro como confirmação antecipada das urnas.

O sintoma mais visível de que os aliados de Bolsonaro já imaginam ter o caneco na mão é a discussão sobre a distribuição de ministérios antes de conquistar a Presidência. Tereza Cristina e Rogério Marinho são cogitados para a Casa Civil e a Presidência do Senado. Roberto Campos Neto para a Fazenda. Ronaldo Caiado e Guilherme Derrite entram nas conversas sobre Justiça e Segurança Pública, cuja eventual separação também integra as especulações. Essa movimentação revela uma competição por espaços entre aliados antigos, novos apoiadores e grupos interessados em participar do próximo governo.

A antecipação transmite confiança na vitória, mas também expõe contradições. A promessa de enxugar a máquina pública convive com a pressão para acomodar partidos e lideranças. A chegada de novos aliados amplia a força eleitoral de Flávio, ao mesmo tempo que aumenta a conta política de uma eventual vitória. A disputa por cargos pode resultar numa imagem de que a divisão do poder começou antes de o eleitor dar a palavra final.

A estratégia de comunicação de Flávio foca na indignação moral, na insatisfação econômica e no confronto institucional. Ao chamar Lula de “ladrão”, lança mão de uma acusação destinada a reativar o antipetismo e transformar a eleição num julgamento pessoal do presidente. A crítica à carestia aproxima esse ataque da experiência cotidiana de famílias endividadas. Reduzir impostos e diminuir a máquina pública oferece uma resposta simples ao sentimento de que o Estado custa muito e entrega pouco. Já a promessa de alinhar o Brasil aos Estados Unidos sinaliza uma mudança de orientação internacional.

O pedido de impeachment de ministros do Supremo, sobretudo Alexandre de Moraes, completa essa narrativa. Está acochado ao projeto de anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro e demais condenados do 8 de janeiro de 2023. A atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) às vésperas da eleição embalou o voto para o Senado e elegeu parlamentares dispostos a confrontar a Corte. A expansão do PL nas duas Casas fortalece a percepção de que Flávio teria condições de executar sua agenda. Entretanto, o tamanho das bancadas não elimina negociações nem transforma promessas em soluções automáticas.

Propaganda

Lula enfrenta um problema de estratégia de propaganda: reconhecer que parte da população não compartilha a avaliação positiva que o governo faz de si mesmo. A percepção de que o país segue na direção errada permaneceu sem resposta convincente. Indicadores favoráveis de emprego ou renda não apagam a pressão dos preços, dos juros e das dívidas sobre o orçamento doméstico. Insistir que a economia vai bem, sem reconhecer essas dificuldades, pode ampliar a distância entre o discurso presidencial e a vida do eleitor.

Superar a paralisia exige enfrentar as fraquezas da própria campanha. O desgaste de Lula não será revertido apenas pela exposição do passado do adversário ou pelo alerta sobre ameaças à democracia. Esses argumentos estão longe uma perspectiva de futuro. O que mudará no próximo mandato? Como o governo enfrentará a carestia e por que terá capacidade de entregar mais? A defesa de aposentadorias, medicamentos, serviços públicos e melhores condições de trabalho não pode ser um simples inventário de realizações. Precisa representar um projeto de futuro melhor.

Há também uma grande incógnita quanto ao acerto da estratégia de campanha esboçada para o segundo turno: não há nenhuma garantia de 33,4 milhões de ausentes constituem uma reserva automática de votos petistas. Recuperar parte deles exige compreender a desmotivação. Lula perdeu terreno no Nordeste e precisa reduzir as desvantagens em São Paulo e Minas Gerais. Também terá de disputar eleitores dos candidatos eliminados, sem confundir adesões de dirigentes com transferência garantida de votos. A mobilização de idosos para votar em razão da prova de vida também precisa ser escrutinada. Em quem votaram?